

DOMINGO, 23 DE JULHO DE 1995

AMAZÔNIA

Convênio acadêmico dá início a zoneamento

Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) quer fazer convênio com Universidade de Brasília para usar experiência de técnicos no desenvolvimento sustentado da região

PABLO PEREIRA

O governo federal pretende concentrar na Universidade de Brasília (UnB) os estudos sobre o zoneamento econômico ecológico da Amazônia Legal. A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), coordenadora da comissão que vai estabelecer as regras para a execução do zoneamento no País, está a criar um convênio com a UnB para a criação do Centro Técnico de Cooperação de Alto Nível, com sede no campus da universidade.

O anúncio foi feito pelo embaixador Ronaldo Sardenberg, secretário de Assuntos Estratégicos, na primeira reunião com órgãos federais, ocorrida quinta-feira, em Brasília. O governo quer usar a experiência dos técnicos da universidade no desenvolvimento auto-sustentado da região, nas áreas de antropologia e medicina tropical, pesquisadas desde a década de 70.

Os entendimentos entre a SAE e a UnB estão em andamento há pelo menos um mês. O reitor João Cláudio Todorov tem como certa a participação da entidade no zoneamento da Amazônia. "A assinatura do convênio só depende da SAE", afirmou o reitor, garantindo que a UnB dispõe de "experiência e equipamentos" para o trabalho.

Recorrendo à pesquisa acadêmica, Sardenberg prepara os primeiros passos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso no acidentado caminho que impede a definição clara de uma política de desenvolvimento da Amazônia Legal. A região reúne nove Estados.

Com recursos internacionais, do Programa Piloto do G-7, o governo planeja a retomada de um programa de ocupação racional, que vai passar também pela revisão dos projetos estaduais de zoneamento.

Até o final de agosto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conclui um diagnóstico ambiental. Os dados serão usados para determinar os passos seguintes do zoneamento. A próxima reunião da SAE está marcada para 21 de setembro. Os estudos sobre formas de dis-

ciplinar a exploração econômica sem perder de vista a proteção dos recursos naturais da área, que corresponde a 60% do território brasileiro, se arrastam aos trancos desde o final da década de 80.

A devastação da floresta amazônica, a disseminação dos garimpos, as queimadas e a extração ilegal de madeiras nobres, divulgadas por meio de imagens via satélite, chamaram a atenção do mundo e acabaram propiciando a conferência do Rio sobre o ambiente, em 1992.

Programas apresentados como solução para o problema, como o Nossa Natureza, preparado no governo José Sarney, foram criados, parcialmente iniciados e, depois, engavetados. Entre os entulhos que Sardenberg terá de remover está a retomada da confiança na ação da própria SAE nesse processo.

Usada durante a gestão de Fernando Collor de Mello para desativar o programa montado por Sarney e que deveria assumir o zoneamento, a SAE passou por turbulências com a ascensão e queda de Pedro Paulo Leoni Ramos, destituído diante de acusações de corrupção quando estava à frente do órgão. O substituto de Leoni Ramos, almirante Mário Flores, acabou delegando aos Estados a missão de definir o zoneamento.

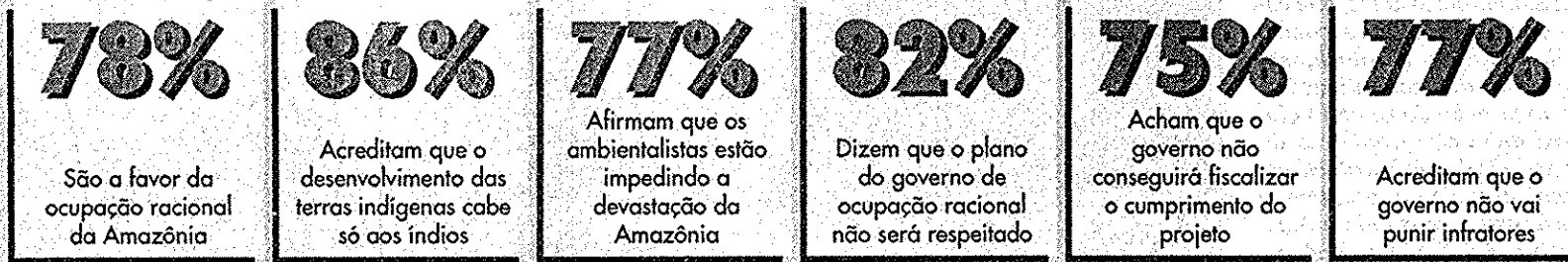
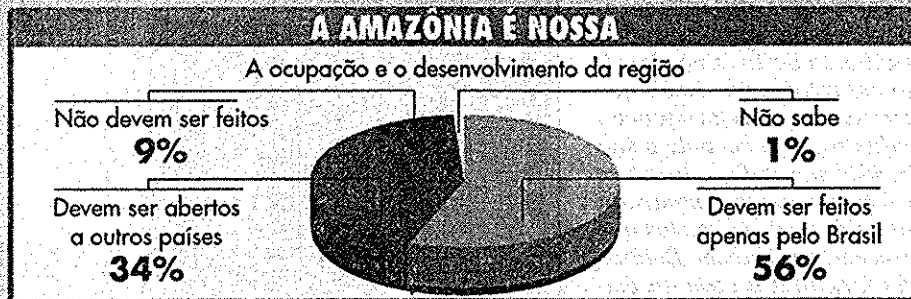
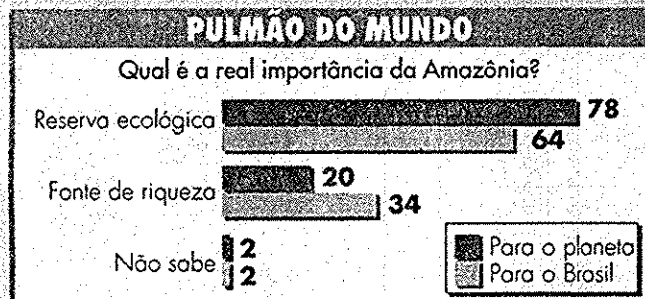
As iniciativas nos Estados não estão longe do quase nada produzido pela SAE depois da Rio-92. Desarticulados e alegando falta de verbas para o zoneamento, governos estaduais e órgãos federais não conseguem sequer acertar uma escala única para zoneamento.

Os técnicos de Rondônia, um dos raros Estados com um zoneamento econômico ecológico em andamento, trabalharam com a proporção de 1:1.100.000 (cada centímetro do mapa corresponde a 10 quilômetros de área). Hoje, preparam aproximações de 1:100.000 (cada centímetro equivale a 1 km). Na SAE, a escala preferida é de 1:250.000. "Vamos ter de unificar as escalas", reconhece o embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas, subsecretário de Programas e Projetos da SAE e coordenador da Comissão de Zoneamento.

no governo Sarney e desativado na gestão Collor. Ele acredita que o interesse pelos destinos de índios, florestas e animais em extinção passou a oscilar de acordo com o volume de crises internas de cada país.

Para ele, mesmo sem abandonar de todo os financiamentos destinados à correção de rumo nas políticas ambientais do Terceiro Mundo, os ricos estão mais envolvidos em descobrir como e onde colocar a migração que chega de países pobres.

Para Fábio Feldmann, secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo, aliada a essa mudança de abordagem da questão ambiental há uma forte recessão econômica. "Houve uma redu-



Fonte: InformEstado

ÁREA DE PRIORIDADE DO ZONEAMENTO



Paulistanos descrêem na ação do governo na área

Para 82% dos entrevistados, plano de ocupação da área não seria respeitado

Pesquisa realizada pelo InformEstado mostra que os paulistanos são céticos em relação às ações do governo federal na Região Amazônica. Há uma forte descrença nas ações governamentais no sentido de ordenar a ocupação da região, fiscalizar e punir os infratores que agem na área.

O estudo indica que 82% dos paulistanos não acreditam que um plano de ocupação da região seja respeitado e 75% acham que o governo não conseguirá fiscalizar o cumprimento de projetos.

A Amazônia foi considerada reserva ecológica do planeta por 78% dos entrevistados. Somente 20% responderam que a região é mais importante como fonte de riquezas. O perfil de opiniões muda quando a importância da região se refere somente ao Brasil. Cai para 64% o índice de paulistanos que consideram a Amazônia como reserva ecológica para o País e sobe para 34% o percentual que defende o uso da região como fonte de riquezas.

As reservas indígenas também

são aprovadas pelos paulistanos. O desenvolvimento das terras indígenas cabe aos índios, na opinião de 86% das pessoas ouvidas. O índice favorável a uma ocupação racional da área também é alto: 78%. E esse desenvolvimento deve ser feito apenas pelo Brasil, sem a participação de outros países, conclui o levantamento. De acordo com a pesquisa, 56% dos entrevistados defendem uma ação do governo na região. Para 34%, a região deve ser aberta para a ocupação por outros países. Contra qualquer tipo de ocupação se posicionaram 9%.

O estudo aponta ainda que o maior mérito pela preservação da Amazônia é dos ambientalistas. Na opinião dos entrevistados, são eles que estão impedindo a devastação das florestas na região. Do total de respostas, 77% acreditam na eficiência das ações desses grupos como responsáveis pela conservação. Apenas 15% são contrários à presença e atuação dos ambientalistas na Amazônia.

A pesquisa InformEstado foi realizada por meio de entrevistas telefônicas feitas com 198 pessoas residentes na cidade de São Paulo no dia 20 de julho.

GLOSSÁRIO

Desenvolvimento auto-sustentado: usado por técnicos e burocratas para dizer que a região precisa se desenvolver sem que isso represente o fim da floresta etc.

Zoneamento econômico-ecológico: termo técnico que tenta definir o perfil de uma área, estabelecendo o que deve ser preservado, onde devem ser instaladas indústrias e quais as terras agriculturáveis.

Empate: termo criado por ativistas do movimento dos seringueiros, no Acre, para definir a ação de pessoas que se agrupam diante das frentes de derrubada de árvores, impedindo a devastação.

Entregar a Amazônia: expressão usada por radicais nacionalistas e ambientalistas, que rejeitam qualquer projeto de ocupação com participação externa na região.

Pressões do 1º Mundo sofreram refluxo

Depois das críticas contra a devastação das florestas, preocupações se voltaram para problemas internos

As pressões dos países do Primeiro Mundo sobre o governo brasileiro, cobrando soluções para problemas ambientais na Região Amazônica, sofreram um refluxo nos últimos dois anos. Depois de uma marcação cerrada sobre a devastação das florestas, que acabou desaguando na conferência do Rio, em 1992, as preocupações dos países ricos se voltaram mais para problemas internos.

A avaliação é do ex-presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Fernando César Mesquita, um dos idealizadores do Programa Nossa Natureza, criado

plomata de carreira chamado para trabalhar com ambiente. Encarregado da coordenação do zoneamento, ele espera contar com o apoio dos Estados na preparação do plano.

Um dos primeiros a contribuir foi seu colega de Itamaraty, Flávio Perri, atual secretário do Meio Ambiente do Rio. Perri espera emplacar na SAE um programa de zoneamento fluminense que vai consumir R\$ 2,1 milhões. "É um projeto em três etapas", explicou.

Segundo ele, um convênio entre o Estado e a SAE deve repassar para a secretaria recursos escalonados em três ou quatro semestres. Também no último posto da carreira diplomática, o embaixador Perri não concordou que o Itamaraty tenha dominado o comando da política ambiental brasileira. "O que ocorre é que o Itamaraty tem quadros", concluiu.

Essa avaliação, no entanto, não é compartilhada pelo subsecretário da SAE, embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas. "Esse arrefecimento se deve muito ao sucesso das posições brasileiras no setor", disse o coordenador da Comissão de Zoneamento. "E muitas críticas foram desarmadas", afirmou Pardellas.

Entusiasmado com os primeiros resultados da reunião da última quinta-feira, Pardellas é mais um di-

RICOS SE PREOCUPAM COM IMIGRAÇÃO